



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COM ARCA DE SANTANA
1ª VARA CRIMINAL DE SANTANA
RUA CÂNDIDO MONTENEGRO, 900 - CEP 68.925-000

1ª CRIM - STN
Fis. _____

Nº do processo: 0005387-68.2019.8.03.0002

Tipo de ato: Decisão

Trata-se de representação de quebra de sigilo de dados e interceptação telefônica, formulada pela autoridade policial Dra. Luiza Rosa Maia Barros, alegando ser necessária para a investigação policial, objeto do APF nº 136/2019-2 DPS, que visa elucidar o crime de homicídio, que teve como vítima [REDACTED], fato ocorrido na Ilha de Santana, neste município.

Narra a Autoridade Policial que após ter conhecimento dos fatos, obtendo as primeiras informações, sua equipe policial perseguiu ininterruptamente o indiciado [REDACTED], apontado como quem teria levado os demais envolvidos em uma voadeira até a residência da vítima, na Ilha de Santana, ação capturada por câmeras de segurança do Porto do Açaí, também registrando ligações realizadas por [REDACTED] para seus comparsas, por meio de seu aparelho celular.

Alega a Autoridade Policial que todo o crime foi planejado e executado, utilizando-se aparelhos de celular. Disse que [REDACTED] admitiu na Delegacia que ter contato telefônico com [REDACTED], responsável pela contatação da voadeira, utilizada no crime.

Disse ainda que as câmeras de segurança ainda capturaram imagens de [REDACTED] realizando várias ligações e enviando mensagens, posteriormente chegando no referido porto, dois indivíduos, que foram levados por [REDACTED] em uma voadeira, para a Ilha de Santana.

Relatou que às 21h06min, as câmeras de segurança do Porto do Mareco, capturaram as imagens dos dois suspeitos, levados por [REDACTED], desembarcando na Ilha de Santana, indo em direção à residência da vítima. Às 21h28min, os dois indivíduos voltam correndo para o referido porto, para a voadeira DE [REDACTED]. Disse que as imagens deste momento da empreitada criminosa ainda capturaram a ação dos dois suspeitos, de empunharem armas de fogo a um transeunte.

As investigações apontam que o crime foi articulado e comandado por uma liderança de uma facção criminosa, custodiada no APEN / AP.

Ao final, a Autoridade Representante, arguiu a necessidade da referida medida cautelar, em face da negativa do indiciado [REDACTED] em apontar seus comparsas, alegando temer por sua vida, caso os deitasse, bem como a escassez de informações das testemunhas ouvidas na Delegacia, que auxiliassem as



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COM ARCA DE SANTANA
1ª VARA CRIMINAL DE SANTANA
RUA CÂNDIDO MONTENEGRO, 900 - CEP 68.925-000

1ª CRIM - STN
Fis. _____

investigações, sendo o único meio de prova ainda disponível para o esclarecimento da autoria delitiva dos demais envolvidos no crime.

O Ministério Público manifestou-se favoravelmente ao referido pedido (ordem 8).

É o breve relatório.

Passo a fundamentar a decisão.

A materialidade do crime de homicídio restou comprovada por intermédio do boletim de ocorrência, imagens dos investigados no [REDACTED] bem como o interrogatório do indiciado [REDACTED].

Da mesma forma, restaram demonstrados indícios de autoria do crime em apuração, especialmente por meio dos depoimentos das testemunhas [REDACTED], as quais nararam em depoimentos prestados na delegacia, que após a obtenção de informações de vizinhos e familiares da vítima, conseguiram identificar e prender [REDACTED] como um dos autores do crime, e o responsável por conduzir a voadeira utilizada no transporte dos outros dois criminosos. A testemunha Emerson da Silva Pinheiro, também reconheceu [REDACTED] como quem pilotava, no dia dos fatos, a voadeira já mencionada.

[REDACTED] que confessou ter participado do crime, teve sua prisão em flagrante convertida em prisão preventiva, em audiência de custódia.

Pois bem. Coadunco com o Delegado de Polícia Representante e com o RPM, quando afirmam que o deferimento do pedido é imprescindível para a elucidação dos fatos relatados, diante da impossibilidade do reconhecimento pessoal de dois criminosos, e em face do falecimento da vítima.

A quebra do sigilo de dados telefônicos guarda relação com chamadas telefônicas pretéritas, já realizadas, relacionadas aos registros documentados e armazenados pelas companhias telefônicas, tais como data de chamada telefônica, horário da ligação, número do telefone chamado, duração do uso, etc. Logo, a obtenção dos registros telefônicos pode servir de importante instrumento para a localização e identificação dos criminosos, ou de pessoa que tenha ligação com eles, posto que o aparelho celular, objeto do pedido, foi subtraído por um dos meliantes ainda na cena do crime.

Por certo, o grande crescimento desse tipo de crime no Estado e neste município, e o



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COM ARCA DE SANTANA
1ª VARA CRIMINAL DE SANTANA
RUA CÂNDIDO MONTENEGRO, 900 - CEP 68.925-000

1ª CRIM - STN
Fis. _____

seu enfrentamento, por certo, também demanda mecanismos ágeis e eficientes de investigação, dentre os quais se destacam a quebra de sigilo/interceptação telefônica, ora requeridos. O interesse público se justifica ante o perigo concreto advindo das ações perigosas narradas pela Autoridade Policial.

Sem mais, os crimes investigados são de extrema gravidade. Assim, preenchidos os requisitos legais, especialmente contidos na Lei 9.296/96 e art. 5.º, XII da Constituição Federal e acolhendo o parecer do Ministério Público, defiro o pedido de quebra/interceptação telefônica, PELO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, a contar da efetivação da medida, determinando que as operadoras de telefonia móvel VIVO, CLARO, TIM e OI procedam a QUEBRA DE SIGILO DE DADOS E INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICOS, das seguintes linhas:

Numero/Linha/CPF	Proprietário	Operadora
354. [REDACTED] .510 [REDACTED]	[REDACTED]	VIVO, CLARO, TIM e
OI		
354. [REDACTED] 518 [REDACTED]	[REDACTED]	VIVO, CLARO, TIM e
OI		
(96)9 [REDACTED] [REDACTED]	[REDACTED]	CLARO, TIM e
OI		
358. [REDACTED] 890 [REDACTED]	[REDACTED]	CLARO, TIM e
OI		
(96)9 [REDACTED] [REDACTED]	[REDACTED]	VIVO, CLARO, TIM e
OI		
(96)9 [REDACTED] [REDACTED]	[REDACTED]	VIVO, CLARO, TIM e
OI		
(96)9 [REDACTED] [REDACTED]	[REDACTED]	VIVO, CLARO, TIM e
OI		
354. [REDACTED] .550 [REDACTED]	[REDACTED]	VIVO, CLARO, TIM e
OI		
354. [REDACTED] .568 [REDACTED]	[REDACTED]	ARO, TIM e
OI		
(96)9 [REDACTED] [REDACTED]	[REDACTED]	VIVO, CLARO, TIM e
OI		
(96)9 [REDACTED] [REDACTED]	[REDACTED]	VIVO, CLARO, TIM e
OI		
356. [REDACTED] 170 [REDACTED]	[REDACTED]	VIVO, CLARO, TIM e
OI		
(96)9 [REDACTED] [REDACTED]	[REDACTED]	VIVO, CLARO, TIM e
OI		
353. [REDACTED] .720 [REDACTED]	[REDACTED]	VIVO, CLARO, TIM e



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE SANTANA
1ª VARA CRIMINAL DE SANTANA
RUA CÂNDIDO MONTENEGRO, 900 - CEP 68.925-000

1ª CRIM - STN
Fis. _____

OI					
(96)9					VIVO, CLARO, TIM e
OI					
356		.400			VIVO, CLARO, TIM e
OI					
(96)9					VIVO, CLARO, TIM e
OI					
356		400			VIVO, CLARO, TIM e
OI					
(96)9					VIVO, CLARO, TIM e
OI					
359		960			VIVO, CLARO, TIM e
OI					
(96)9					VIVO, CLARO, TIM e
OI					
013		.350			VIVO, CLARO, TIM e
OI					
(96)9					VIVO, CLARO, TIM e
OI					

a) Que disponibilizem a emissão de históricos reversos de chamadas/ SMS/ conexões (contendo: data, hora, nº chamador, nº chamado, M EIdo chamador, M EIdo chamado, duração da chamada, ERB do chamador, ERB do chamado, azimute do chamador, azimute do chamado) do (s) terminal (s) relacionado (s), e de todos os interbucutores que com eles mantiveram e mantenham contato, no período a contar do dia 24/05/2019, de modo online ou com encaminhamento para o e-mail rafaelholp@policiacivilap.gov.br andersonbsilva@hotmail.com; rodrigojuca_ap@hotmail.com; aln_010904@hotmail.com; ebescampos@gmail.com; ricardofanca@policiacivilap.gov.br; edwibon@policiacivilap.gov.br; josebal@policiacivilap.gov.br; salesribe@gmail.com, quando solicitado. Que se digne em determinar às operadoras TM CEMIARES S.A., CIARO S.A., OI TELEFONAR S.A. e VIVO S.A. a procederem a interceptação do fluxo das comunicações telefônicas e telemáticas dos numerais relacionados e respectivos MEs;

b) Que as operadoras de telefonia/provedor, forneça quando solicitado, dos alvos e seus interbucutores: o fluxograma (histórico) das ligações originadas e recebidas, anteriores (desde o dia 01/01/2019), posteriores e em tempo real; o fluxograma (histórico) das conexões, anteriores (desde o dia 01/01/2019), posteriores e em tempo real; os registros de conexão (o conjunto de informações referentes à data e hora de início e término de uma conexão à internet, sua duração, endereço IP utilizado pelo terminal para o envio e recebimento de pacotes de dados, ERB e azimute); os dados cadastrais de



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COM ARCA DE SANTANA
1ª VARA CRIMINAL DE SANTANA
RUA CÂNDIDO MONTENEGRO, 900 - CEP 68.925-000

1ª CRIM - STN
Fis. _____

linhas e Ps (inclusive endereço de envio das faturas mensais, se forem telefones pós-pagos); a identificação periódica de portabilidade, além dos MEs, SERAS, CHPs e DADOS DE CARTÕES DE RECARGA; a localização e extratos das Estações Rádio-Base (ERBs) decodificadas em tempo real e pretéritas; a localização por GPS; as linhas telefônicas e telemáticas associadas por CPF/CNPJ, além de todas as SHORT MESSAGEs, devendo referidas informações serem fornecidas em tempo real e direcionadas para os e-mails rafaelholpi@policiacivilap.gov.br; andersonbsilva@hotmail.com; rodrigojca_ap@hotmail.com; alan_010904@hotmail.com; ebescampos@gmail.com; ricardofranca@policiacivilap.gov.br; edwison@policiacivilap.gov.br; joseba@policiacivilap.gov.br; salesriby@gmail.com, tudo em conformidade com o que dispõe a Lei n. 9.296/1996;

c) Que as operadoras e provedores a ativação da sinalização do identificador de chamadas com tom DTMF para todo telefone da operadora GSM/RADAR e também o sistema (GPS) SISTEMA DE POSICIONAMENTO GLOBAIS, para todos os telefones que utilizem essa tecnologia; disponibilização das facilidades técnicas VIA VPN ou outro sistema que possibilite trabalhar com comandos de TRACE sobre os alvos monitorados, devendo o TRACE ser possível inclusive EM MODO DIE e deverá disponibilizar instantaneamente, 24 horas por dia, sete dias por semana, todas as informações sobre o alvo rastreado e seus interbitores, especialmente posição em LATITUDE e LONGITUDE e os AZIMUTES dos setores da ERB, bcada, bem como de todas as ERBs vizinhas, com seus respectivos TA (Time Advance);

d) A interceptação telemática deverá incluir todo o tráfego de voz e dados, como mensagens instantâneas de texto ou multimídia (SMS, MMS, WAP, etc.), e-mails e caixa postal dos terminais interceptados, contendo páginas web acessadas (URL e conteúdo acessado), dados e voz trafegados, e-mails enviados ou recebidos (incluindo arquivos anexos de qualquer extensão), transferências de arquivos por protocolos de qualquer natureza, acesso remoto, conversação instantânea (chat), chamadas de voz sobre IP (VoIP), vídeo-chamadas, etc., inclusive se utilizar softwares de comunicadores instantâneos ou sites de relacionamentos, disponibilizando à Autoridade Policial requisitante ou policiais por esta autorizados, o envio da reprodução de todas as páginas acessadas e o conteúdo trafegado (inclusive áudio e vídeo), nominalmente, e informações quanto à conexão (data, hora, endereço IP, tempo de conexão, etc.), independentemente da tecnologia utilizada pelo usuário (3G, 4G, Edge, GPRS, ADSL, Cable Modem, Rádio, etc.), tudo em tempo real;

e) Que providenciem o segundo desvio de áudio, sempre que solicitado pela Autoridade Policial acima, para os telefones dos policiais indicados pelo Delegado requisitante, conforme a necessidade da investigação, sem prejuízo do desvio original



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE SANTANA
1ª VARA CRIMINAL DE SANTANA
RUA CÂNDIDO MONTENEGRO, 900 - CEP 68.925-000

1ª CRIM - STN
Fis. _____

para o término da gravação das conversas;

f) A interceptação deverá também ser feita nos Números Seriais ou MEIS (International Mobile Equipment Identify) dos aparelhos móveis ou ICCID (International Circuit Card ID) do SIM CARD, de forma que não cesse a interceptação caso os alvos toquem os SIM CARDS ou MSI (International Mobile Subscriber Identify) dos aparelhos;

g) A interceptação deverá ser realizada pelo número da linha telefônica que esteja utilizando o(s) MEIS(s) interceptado(s), identificado pelo policial civil requisitante, no momento inicial da interceptação ou durante o seu curso, de forma que não cesse a interceptação caso o(s) alvo(s) toque(m) de aparelho celular;

h) A operadora telefônica deverá realizar o bloqueio/desbloqueio ou suspensão/reativação total ou parcial dos serviços disponíveis, tais como o sinal de acesso, realização, envio e/ou recebimento de chamadas e/ou SMS, acesso e/ou recebimento de dados móveis e/ou internet dos terminais interceptados e de seus interbucios durante o período da interceptação telefônica e telemática, conforme a necessidade da investigação, caso solicitado pelo policial civil requisitante;

i) que o afastamento do sigilo de dados telemáticos (nome, CPF/CNPJ, endereço, endereço IP utilizado pelo usuário por ocasião da conexão e todos os demais dados qualificativos do assinante/usuário, número do telefone utilizado para realizar a conexão, tempo de conexão, data e hora de início e término, quantidade de bytes enviados e recebidos, etc.), referentes a todo o fluxo da comunicação trafegada pelos pontos de acesso do assinante/usuário e seus interbucios, seja fornecido sempre que solicitado, a partir de 01/01/2019, de modo online ou com encaminhamento para o e-mails rafaelholpi@policiacivilap.gov.br; andersonbsilva@hotmail.com; rodrigojuca_ap@hotmail.com; alan_010904@hotmail.com; ebescampos@gmail.com; ricardofanca@policiacivilap.gov.br; edwilson@policiacivilap.gov.br; jseba@policiacivilap.gov.br; salesriey@gmail.com.;

j) Que disponibilizem a emissão de histórico reverso de chamadas/SMS/conexões (contendo: data, hora, nº chamador, nº chamado, MEID do chamador, MEID do chamado, duração da chamada, ERB do chamador, ERB do chamado, azimute do chamador, azimute do chamado) do(s) terminal(is) interceptado(s) e de todos os interbucios que com ele mantiverem contato, a partir de 01/01/2019, de modo online ou com encaminhamento para os e-mails rafaelholpi@policiacivilap.gov.br; andersonbsilva@hotmail.com; rodrigojuca_ap@hotmail.com; alan_010904@hotmail.com; ebescampos@gmail.com; ricardofanca@policiacivilap.gov.br; edwilson@policiacivilap.gov.br; jseba@policiacivilap.gov.br; salesriey@gmail.com,



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE SANTANA
1ª VARA CRIMINAL DE SANTANA
RUA CÂNDIDO MONTENEGRO, 900 - CEP 68.925-000

1ª CRIM - STN
Fis. _____

quando solicitado;

k) Se os terminais interceptados forem objeto de Processo de Portabilidade, a Operadora de Telefonia a quem for dirigida esta determinação judicial, NA CONDIÇÃO DE OPERADORA DE TELEFONIA DO ADORADA, DEVERÁ COMUNICAR, DURANTE O PROCESSO DE PORTABILIDADE, MEDATAMENTE APÓS A FASE DE AUTENTICAÇÃO, a este signatário (através dos e-mails rafaelholp@policiacivilap.gov.br; andersonbsilva@hotmail.com; rodrigojuca_ap@hotmail.com; alan_010904@hotmail.com; ebescampos@gmail.com; ricardofanca@policiacivilap.gov.br; edwison@policiacivilap.gov.br; joseba@policiacivilap.gov.br; saesriley@gmail.com), que o referido Código de Acesso (número da linha de telefone) será portado, em que momento será efetivada a portabilidade e qual a Prestadora Receptora, para que seja garantida a continuidade da interceptação da linha telefônica nas condições previstas na determinação judicial;

l) A Operadora de Telefonia a quem for dirigida esta determinação judicial, NA CONDIÇÃO DE OPERADORA DE TELEFONIA RECEPTORA, NÃO SÓ DEVERÁ COMUNICAR MEDATAMENTE à autoridade policial (através dos e-mails rafaelholp@policiacivilap.gov.br; andersonbsilva@hotmail.com; rodrigojuca_ap@hotmail.com; alan_010904@hotmail.com; ebescampos@gmail.com; ricardofanca@policiacivilap.gov.br; edwison@policiacivilap.gov.br; joseba@policiacivilap.gov.br; saesriley@gmail.com) SOBRE EVENTUAL PERÍODO DE TRANSIÇÃO DO PROCESSO DE PORTABILIDADE AGENDADO, entre a desativação e ativação do Código de Acesso do Usuário, período durante o qual pode ocorrer interrupção dos serviços de telecomunicações, para o usuário portado, COMO TAMBÉM, CONCILIA A PORTABILIDADE, DEVERÁ CUMPRIR a presente determinação judicial em continuidade à interceptação telefônica, iniciando a referida interceptação A PARTIR DO MOMENTO DA ATIVAÇÃO DA LINHA TELEFÔNICA (CÓDIGO DE ACESSO DO USUÁRIO PORTADO) ATÉ O ENCERRAMENTO DO PERÍODO NÍTIMAMENTE FIXADO POR ESTA DETERMINAÇÃO JUDICIAL, NÃO HAVENDO INTERRUPÇÃO NEM SUSPENSÃO DO PERÍODO DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, e prestando as informações necessárias, previamente, com o simples recebimento do mandado, por meio de FAX ou e-mail, sujeito a confirmação, no mesmo dia, junto à autoridade policial Dra. IUIZA ROSA MARIA BARROS, através de ligação (96-99161-7953);

m) As operadoras de telefonia móvel TM, VIVO, CIARO E OI, deverão fornecer no prazo máximo de 24h a contar da solicitação a QUEBRA DE SIGILO DE ESTAÇÃO RÁDIO BASE-ERB requisitada pela Autoridade Policial e seus agentes (os dados de identificação de prefixos telefônicos em atividade gerados por Estação Rádio Base-ERB, em relatório detalhado, a relação das ligações telefônicas efetuadas, tentadas ou



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE SANTANA
1ª VARA CRIMINAL DE SANTANA
RUA CÂNDIDO MONTENEGRO, 900 - CEP 68.925-000

1ª CRIM - STN
Fis. _____

recebidas, bem como as mensagens de texto, com endereço (CCC, SIGIA, ERB, SIGIA, SETORIZAÇÃO, AZMUTE, LATITUDE, LONGITUDE, UF, CIDADE, BARRO, ENDEREÇO), período e horário a serem especificados via ofício pela Autoridade Policial;

n) As operadoras deverão manter ativo por 90 dias o sistema VIGIA, PORTALUD e INFOGUARD, para que seja dado prosseguimento as investigações através de consultas a dados cadastrais, histórico de chamadas através de INHA, MEI e CPF) e IPs (inclusive endereço de envio das faturas mensais, se forem telefones pós-pagos);

o) As informações solicitadas deverão ser remetidas diretamente à 2ª DPS, autoridade policial, a qual ficará responsável pela operação, a fim de dinamizar as investigações, constando ainda, no mandado, Conforme RESOLUÇÃO 059/08 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ que os policiais: OTAVIANA RAFAELA DE OLIVEIRA PERANÇO; EIBES CAMPOS DE OLIVEIRA, ANDERSON BATISTA DA SILVA, RICARDO DE FRANÇA COSTA, RODRIGO JUCA DOS SANTOS, ALAN MACEDO BARBOSA, todos investigadores de polícia civil, lotados na 2ª Delegacia de Polícia de Santana-2ª DPS e Coordenadoria de Inteligência e Operações Policiais - C D P/SEJUSPAP, podem ter acesso às informações e pesquisas referentes à operação, junto às operadoras de telefonia.

DETERMINO QUE A EMPRESA GOOGLE BRASIL

a) Conceda acesso pela Polícia Civil à caixa de mensagens e dados armazenados nas contas GOOGLE DRIVE eventualmente vinculadas às CONTAS LEGADAS AOS MEIS abaixo relacionados com o acesso aos itens enviados, recebidos, lixo e armazenados nesses sistemas de armazenamento, com determinação expressa para autorizar o acesso aos arquivos, notas, contatos, conteúdo do GOOGLE DRIVE, mensagens, serviços e histórico de localização, agenda de contatos, pesquisas realizadas ou quaisquer outros dados armazenados nos seus sistemas de "nuvem", o conteúdo das contas de e-mail no período de 01/05/2019 até presente data, assim como desde sua ativação;

b) Que a empresa Google a partir dos MEIS 354 [REDACTED] 510, 354 [REDACTED] 518, 358 [REDACTED] 890, 354 [REDACTED] 550, 354 [REDACTED] 568, 356 [REDACTED] 170, 353 [REDACTED] 720, 356 [REDACTED] 400, 356 [REDACTED] 400, 359 [REDACTED] 960, 013 [REDACTED] 350, encaminhados, providencie pesquisas nos seus bancos de dados a fim de identificar e-mails vinculados fornecendo à Autoridade Policial a relação de todas as contas VINCULADAS AOS RESPECTIVOS MEIS;



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMARCA DE SANTANA
1ª VARA CRIMINAL DE SANTANA
RUA CÂNDIDO MONTENEGRO, 900 - CEP 68.925-000

1º CRIM - STN
Fis. _____

c) Que a partir das contas de e-mails Hotmail e Gmail, identificadas no item anterior que a empresa Google do Brasil coleta e forneça o conteúdo das contas dos e-mails no período de 01/01/2019 até a presente data e demais itens que seguem, com relação ao mesmo período:

Conteúdo integral armazenado no EM NUVEM GOOGLE;

Conteúdo armazenado na aplicação "Fotos", com a indicação dos metadados das imagens e localizações;

Identificação e listagem dos locais salvos na aplicação "Mapas";

Fornecimento do histórico de localização (location history) dos aparelhos no período requisitado do dispositivo móvel vinculado à conta;

Identificação de todas as pesquisas no Google realizadas pelos usuários dos aparelhos no período requisitado;

Identificação de todos os contatos registrados junto à plataforma (agenda de contatos da Google, Gmail, hotmail, etc);

Dados Cadastrais e Log's e P's de Acesso dos e-mails;

Conteúdo das mensagens enviadas e recebidas pelos endereços eletrônicos, em Contas Espelhos;

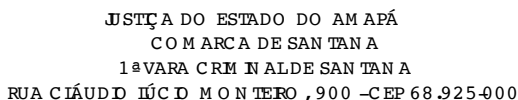
Envio de todo o conteúdo do Google Drive, Maps, e-mails, Calendários, Contatos, Lembretes e Safari, com vínculo às contas requisitadas;

Dados do aparelho smartphone (número da linha e MEI) associados as contas de e-mails requisitadas e ainda número da linha e MEI utilizados para envio e recebimento das mensagens de e-mails;

Histórico de mensagens do aplicativo Hangouts (Google Talk);

Metadados e outras informações coletadas nos provedores com vínculos aos e-mails interceptados, assim como eventuais informações sobre vínculos suspeitos das contas, com informações de interesse de organizações criminosas nacionais e internacionais;

Informar se os e-mails interceptados mantêm contas no aplicativo de histórico de localização (<https://maps.google.com/locationhistory/b/0>), fornecendo o histórico, extrato ou trechos de localização do aparelho no período correspondente à quebra de



1 ^o CRIM - STN
Fls. _____

sigib;

Pesquisar se os emails descritos estão vinculados a algum dispositivo móvel android. Caso positivo informar outras contas de emails do Gmail do aparelho, assim como se essas contas mantêm algum vínculo com o telegram e WhatsApp, fornecendo cadastro, informações sobre linhas telefônicas vinculadas, informações de acesso, inclusive IP, nome da conta, assim todo o conteúdo de texto e imagens trocados entre usuários, inclusive arquivos, mídias, fotos e vídeos dos MEs

354	[REDACTED]	518,	358	[REDACTED]	.890,	354	[REDACTED]	.510,
354	[REDACTED]	.568,	356	[REDACTED]	.170,	353	[REDACTED]	.720,
356	[REDACTED]	.400,	356	[REDACTED]	.400,	359	[REDACTED]	.960,
013	[REDACTED]	.350.						

DETERM NO , ANDA, à Empresa W hatsApp Inc. (Plataforma: <https://www.whatsapp.com/records>) e, conforme artigo 11, § 2º da Lei 12.965/14 (Marco Civil da Internet), seu representante legal no Brasil, Facebook Serviços Online do Brasil Ltda -CN PJ13.347.016/0001-17 -Endereço: Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 700, 5º Andar, Edifício Infinity, Iam Bibi, CEP: 04542-900):

a) Fornecimento de dados cadastrais das contas do respectivo aplicativo vinculadas ao (s) terminal (s) nº +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], incluindo perfil(s) do(s) usuário(s) com os arquivos de imagem que ele enviou para funcionar como foto do perfil, a relação dos contatos, bem como logs de criação e acesso da data do início do serviço oferecido pela empresa até o último acesso realizado (com endereço IP de origem, sua respectiva porta lógica, datas e horários no padrão UTC), além de outras informações identificativas;

b) Fornecimento da identificação do(s) dispositivo(s) utilizado(s) para o acesso à internet, como marca, tipo e M EI, bem como o(s) respectivo(s) sistemas operacionais utilizados;

c) Fornecer a relação dos grupos dos quais o usuário de terminal nº +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED], +55 96 9 [REDACTED] faz parte, com nome grupo, fotografia e quantidade de usuários de cada grupo e a URL identificadora do "invite link" de cada um dos respectivos grupos;



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COM ARCA DE SANTANA
1ª VARA CRIMINAL DE SANTANA
RUA CIÁUD D'ÁLCIO MONTEIRO, 900 - CEP 68.925-000
MANDADO JUDICIAL

DENOTAÇÃO DO PROCESSO:

Rotina Extra N 0005387-68.2019.8.03.0002



Ação: PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO

Incidência Penal: 157, § 3º, II - Código Penal - MORTO - 157, § 3º, II - Código Penal - MORTO

Representante: SEGURANÇA DELEGACIA DE POLICIA DE SANTANA

A S. Exa. o(a) Juiz(a) de Direito SIMONE MORAES DOS SANTOS, do(a) 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTANA, Fórum de SANTANA, Estado do Amapá, na forma da lei.

MANDA ao Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente Mandado, proceda à(s) seguinte(s) diligência(s):

VIDE FINALIDADE DESCRITA NO QUADRO ABAIXO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

FINALIDADE:

Para que a EMPRESA GOOGLE BRASIL conforme estabelecido na decisão anexa cumpra as seguintes determinações:

a) Conceda acesso pela Polícia Civil à caixa de mensagens e dados armazenados nas contas GOOGLE DRIVE eventualmente vinculadas às CONTAS IGUADA AOS MEIS abaixo relacionados com o acesso aos itens enviados, recebidos, lidos e armazenados nesses sistemas de armazenamento, com determinação expressa para autorizar o acesso aos arquivos, notas, contatos, conteúdo do GOOGLE DRIVE, mensagens, serviços e histórico de localização, agenda de contatos, pesquisas realizadas ou quaisquer outros dados armazenados nos seus sistemas de "nuvem", o conteúdo das contas de e-mail no período de 01/05/2019 até presente data, assim como o desde sua ativação;

b) Que a empresa Google a partir dos MEIS 354 [REDACTED] 510, 354 [REDACTED] 518, 358 [REDACTED] 890, 354 [REDACTED] 550, 354 [REDACTED] 568, 356 [REDACTED] 170, 353 [REDACTED] 720, 356 [REDACTED] 400, 356 [REDACTED] 400, 359 [REDACTED] 960, 013 [REDACTED] 350, encaminhados, providencie pesquisas nos seus bancos de dados a fim de identificar os e-mails vinculados fornecendo à Autoridade Policial a relação de todas as contas VINCULADAS AOS RESPECTIVOS MEIS;

c) Que a partir das contas de e-mails Hotmail e Gmail, identificadas no item anterior que a empresa Google do Brasil coleta e forneça o conteúdo das contas dos e-mails no período de 01/01/2019 até a presente data e demais itens que seguem, com relação ao mesmo período:

Conteúdo integral armazenado no EM NUVEM GOOGLE;

Conteúdo armazenado na aplicação "Fotos", com a indicação dos metadados das imagens e localizações;

Identificação e listagem dos backups salvos na aplicação "M apas";

Fornecimento do histórico de localização (location history) dos aparelhos no período requisitado do dispositivo móvel vinculado à conta;

Identificação de todas as pesquisas no Google realizadas pelos usuários dos aparelhos no período requisitado;

Identificação de todos os contatos registrados junto à plataforma (agenda de contatos da Google, Gmail, hotmail, etc);

Dados Cadastrais e Log's e IP's de Acesso dos e-mails;

Conteúdo das mensagens enviadas e recebidas pelos endereços eletrônicos, em Contas Espelhos;

Envio de todo o conteúdo do Google Drive, Maps, e-mails, Calendários, Contatos, Lembretes e Safari, com vínculo às contas requisitadas;

Dados do aparelho smartphone (número da linha e MEI) associados as contas de e-mails requisitadas e ainda número da linha e MEI utilizados para envio e recebimento das mensagens de



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COM ARCA DE SANTANA
1ª VARA CRIMINAL DE SANTANA
RUA CIÁUD D'ÁLCIDES MONTEIRO, 900 - CEP 68.925-000
MANDADO JUDICIAL

DENOTAÇÃO DO PROCESSO:

Rotina Extra N.º: 0005387-68.2019.8.03.0002



Ação: PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO

Incidência Penal: 157, § 3º, II - Código Penal - MORTO - 157, § 3º, II - Código Penal - MORTO

Representante: SEGURANÇA DELEGACIA DE POLICIA DE SANTANA

emails;

Histórico de mensagens do aplicativo Hangouts (Google Talk);

Metadados e outras informações coletadas nos provedores com vínculos aos emails interceptados, assim como eventuais informações sobre vínculos suspeitos das contas, com informações de interesse de organizações criminosas nacionais e internacionais;

Informar se os emails interceptados mantêm contas no aplicativo de histórico de localização (<https://maps.google.com/locationhistory/b/0/>), fornecendo o histórico, extrato ou trechos de localização do aparelho no período correspondente à quebra de sigilo;

Pesquisar se os emails descritos estão vinculados a algum dispositivo móvel android. Caso positivo informar outras contas de emails do Gmail do aparelho, assim como se essas contas mantêm algum vínculo com o telegram e WhatsApp, fornecendo cadastro, informações sobre linhas telefônicas vinculadas, informações de acesso, inclusive IP, nome da conta, assim como o conteúdo de texto e imagens tocados entre usuários, inclusive arquivos, mídias, fotos e vídeos dos MEs 354 [REDACTED] 510, 354 [REDACTED] 518, 358 [REDACTED] 890, 354 [REDACTED] 550, 354 [REDACTED] 568, 356 [REDACTED] 170, 353 [REDACTED] 720, 356 [REDACTED] 400, 356 [REDACTED] 400, 359 [REDACTED] 960, 013 [REDACTED] 350.

AUTORIZAÇÃO A EXTRAÇÃO DE DADOS DE CONVERSAS, MENSAGENS, SMS, LIGAÇÕES REALIZADAS E RECEBIDAS, ÁUDIOS, E-MAILS, REPRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS, ESPECIALMENTE EM RELACÃO AOS FATOS INVESTIGADOS, CONSTATANTES DO APARELHO CELULAR APREENHIDO, DE PROPRIEDADE DE GEAN O SVAIDINO CORREA DE SOUZA.

Representante: SEGURANÇA DELEGACIA DE POLICIA DE SANTANA

Endereço: AV. AMAPÁ, 808, ÁREA POLITUAR, SANTANA, AP, 68925000.

SANTANA, 25 de junho de 2019

SMONEMORAES DOS SANTOS
Juiz Titular



JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COM ARCA DE SANTANA
1ª VARA CRIMINAL DE SANTANA
RUA CIÁUD D'ÁLCIDES MONTEIRO, 900 - CEP 68.925-000

O fls N.º: 500679793

SANTANA, 25 de junho de 2019

DENOTAÇÃO DO PROCESSO:



Rotina Extra N.º 005387-68.2019.8.03.0002

Ação: PEDIDO DE QUEBRA DE SIGILO

Incidência Penal: 157, § 3º, II - Código Penal - MORTO - 157, § 3º, II - Código Penal - MORTO

Representante: SEGURANÇA DELEGACIA DE POLICIA DE SANTANA

Referência: SOLICITAÇÃO GERAL N.º 500679793

Senhor Diretor,

Requiro de Vossa Senhoria os procedimentos técnicos necessários para QUEBRA DE SIGILO DE DADOS TELEFÔNICOS nas contas de GOOGLE DRIVE eventualmente vinculadas às contas ligadas aos MEIS 354 [REDACTED] 510, 354 [REDACTED] 518, 358 [REDACTED] 890, 354 [REDACTED] 550, 354 [REDACTED] 568, 356 [REDACTED] 170, 353 [REDACTED] 720, 356 [REDACTED] 400, 356 [REDACTED] 400, 359 [REDACTED] 960, 013 [REDACTED] 350, e demais providências, conforme descrito no mandado judicial, cuja cópia segue anexa. Acrescento que a presente medida também em segredo de justiça, devendo-se preservar o sigilo das diligências.

Atenciosamente,

SIMONE MORAES DOS SANTOS

Jiz(a) de Direito

AO (A) SENHORA

DIRETORA PRESIDENTE

GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.

AV. BRIGADEIRO FARFIM A, 3477 - ITAMBÉ - SÃO PAULO / SP - 04538133

Fone:



Ofício nº 770/2019 – 2ªDPS/DPI

Macapá - AP, 25 de junho de 2019

A Vossa Senhoria o(a) Senhor(a)
Gerente do GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA

Assunto: Quebra de sigilo de dados
Referência: Rotina Extra Nº: 0005387-68.2019.8.03.0002
Senhor(a) Gerente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho para implementação o MANDADO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS TEEFONICOS, deferido pela Juíza de Direito Drª. SIMONE MORAES DOS SANTOS da 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTANA, através da Rotina Extra nº: 0005387-68.2019.8.03.0002, datado do dia 25 de junho de 2019.

As solicitações constam em anexo na pagina 08,09 e 10 da respectiva decisão judicial.

Todas as informações ora solicitadas sejam remetidas diretamente à DPC. Luiza Rosa Maia Barros, Autoridade Policial, a qual ficará responsável pela operação, a fim de dinamizar as investigações, constando ainda, no mandado, conforme RESOLUÇÃO 059/08 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ que os Srs:

- a) luizamaia@policiacivil.ap.gov.br <luizamaia@policiacivil.ap.gov.br>, de propriedade desta Delegada de Polícia, Luiza Rosa Maia Barros, CPF 305.427.582-53;
- b) ricardofranca@policiacivil.ap.gov.br <ricardofranca@policiacivil.ap.gov.br>, de propriedade do Agente de Polícia, Ricardo de França Costa, CPF 376.024.383-53;
- c) edvan@policiacivil.ap.gov.br <edvan@policiacivil.ap.gov.br>, de propriedade do Agente de Polícia, CPF 515.939.122-37;
- d) joseleal@policiacivil.ap.gov.br <joseleal@policiacivil.ap.gov.br>, de propriedade do Agente de Polícia, Jose Antônio Leal da Silva, CPF 591.763.502-15;

Web

www.policiacivil.ap.gov.br
dpi@policiacivil.ap.gov.br

Endereço e telefone da unidade policial

Avenida Amapá, nº 880, Área Portuária. Santana-AP.
Tel.: 2101-2850/2101-2855/2101-2854/2101-2864



POLÍCIA CIVIL
ESTADO DO AMAPÁ

Unidade Policial
2ª Delegacia de Polícia no Município de Santana – 2ª DP/DPI

POLÍCIA CIVIL
ESTADO DO AMAPÁ

Fls. _____

Rub. _____

- e) investigacaoap@gmail.com <investigacaoap@gmail.com>, de propriedade do Agente de Polícia, Anderson Rirley de Almeida Sales, CPF 707.121.742-49;
- f) rafaelferreira@policiacivil.ap.gov.br <rafaelferreira@policiacivil.ap.gov.br>, de propriedade do Agente de Propriedade do Agente de Polícia, Rafael Reis Ferreira, CPF 710.899.932-34;
- g) marileneferreira@policiacivil.ap.gov.br <marileneferreira@policiacivil.ap.gov.br>, de propriedade da Agente de Polícia, Marilene Ferreira Pamphylio, CPF 000.746.382-03;
- h) andersonsilva@hotmail.com <andersonsilva@hotmail.com>, de propriedade do Agente de Polícia, Anderson Batista da Silva, CPF 572.821.582-72;
- i) rodrigojuca_ap@hotmail.com <rodrigojuca_ap@hotmail.com>, de propriedade do Agente de Polícia, Rodrigo Jucá dos Santos, CPF 517.627.302-00;
- j) alan_010904@hotmail.com <alan_010904@hotmail.com>, de propriedade do Agente de Polícia, Alan Macedo Barbosa, CPF 728.614.952-00;
- k) rafaelaolipi@policiacivil.ap.gov.br <rafaelaolipi@policiacivil.ap.gov.br>, de propriedade da Agente de Polícia, Otaviana Rafaela de Oliveira Picanço, CPF 680.800.502-87;

Atenciosamente,


LUIZA ROSA MAIA BARROS
Delegada de Polícia Civil 2ª DPS/STN